
O ORÇAMENTO EM UM LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ana Paula Teles de Oliveira¹

Resumo: Este artigo tem como finalidade apresentar um recorte dos resultados da pesquisa “Um estudo sobre educação financeira” que tem como um dos seus objetivos traçar o panorama dos assuntos tratados sobre esta questão. Metodologicamente, consiste em um trabalho documental. Após estudar o modelo conceitual do letramento financeiro apresentado por Hung, Parker e Yoong, fizemos uma análise no livro Educação Financeira nas Escolas, Bloco 3, Ensino Médio, para entender quais são os conteúdos tratados e quais as competências propostas pelos autores. Aqui apresentamos a categoria denominada Orçamento e as sete competências recomendadas por eles. Concluímos que houve um avanço por existir um material gratuito direcionado às escolas, porém há limitação no desenvolvimento das competências em relação a literacia financeira pessoal, utilizamos o material do JumpStart para sugestão de duas outras competências.

Palavras-chave: Orçamento; Livro Didático; Educação Financeira.

THE BUDGET IN A FINANCIAL EDUCATION TEXTBOOK

Abstract: This article aims to present a snapshot of the results of the research “A study on financial education” that has as one of its objectives to outline the panorama of the subjects dealt with on this issue. Methodologically, it consists of documentary work. After studying the conceptual model of financial literacy presented by Hung, Parker and Yoong, we made an analysis in the book Financial Education in Schools, Block 3, High School, to understand what are the contents treated and what skills proposed by the authors. Here we present the category called Budget and the seven competencies recommended by them. As we concluded that there was an advance in the existence of free material for the school, however there is a limitation in the development of skills in relation to personal financial literacy, we used the JumpStart material to suggestion of two other competencies.

Keywords: Budget; Textbook; Financial Education.

¹ Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Grupo de Pesquisa: Educação Financeira. aptbahia@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8404-8516>

1 INTRODUÇÃO

No Brasil ocorre uma mobilização em torno de ações de educação financeira. Por se tratar de um assunto importante, o decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) que tem por intuito a promoção de educação financeira e previdenciária, de modo a promover consumo de forma consciente, consolidando a cidadania e, ainda, possibilitar um sistema financeiro brasileiro que seja sólido e eficiente. Para tanto, foi constituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), para coordenar a execução das ações da Enef (BRASIL, 2010).

Sabemos que muitas pessoas podem gerenciar seus recursos baseados em suas experiências cotidianas, entretanto, ao ampliar o conhecimento já adquirido sobre o assunto poderá adotar escolhas que culminarão em melhores decisões. E com a facilidade da tecnologia poderá autogerenciar suas finanças.

Por isso, é imprescindível que todos aprendam sobre educação financeira. Propomos, portanto, um projeto de pesquisa intitulado “Um Estudo Sobre Educação Financeira” que tem como um dos objetivos fazer uma análise documental, traçando, assim, um panorama dos assuntos mais abordados e identificando se há conteúdos ignorados.

Concordamos com Oliveira e Manrique (2018) quando se relata a importância dos estudos de livros didáticos. Isso porque muitos professores terão como ferramenta esse material e o utilizarão em suas aulas, fazendo com que os alunos aprendam os assuntos ali apresentados. Se a educação financeira é tão essencial para o ser humano, acreditamos que a análise de livros didáticos auxiliará na formação do conceito de educação financeira nos indivíduos.

Diante disso, fizemos uma análise do livro direcionado a alunos denominado Educação Financeira nas Escolas – Ensino Médio – Bloco 3 (CONEF, 2013a) que compõe o material didático disponível no site eletrônico da Enef. Dentre os assuntos abordados, encontramos orçamento, o que nos incentivou a identificar todos os conceitos relacionados a esse assunto.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Ao analisar Educação Financeira consideramos de que forma ocorre o letramento financeiro. Isso porque sabemos que a literacia financeira vai além de possuir conhecimentos básicos de economia e finanças.

Conforme Hung, Parker e Yoong (2009, p. 12), letramento financeiro é um processo cíclico para gerenciar recursos financeiros de tal forma que durante a existência ocorra um bem-estar financeiro, sendo regido tanto pelos conhecimentos básicos de conceitos econômicos e financeiros quanto na capacidade de lidar com esses conhecimentos e outras habilidades financeiras.

Dessa forma, os autores Hung, Parker e Yoong (2009) explicam que a literacia financeira é desenvolvida de forma intermitente, pois os comportamentos financeiros mais complexos são estimulados pelas atitudes financeiras, que são desencadeadas pelas experiências que influenciam o conhecimento e sua compreensão, durante a vida.

Assim, quando falamos em literacia financeira, preocupamo-nos também com os conteúdos financeiros propostos e as competências relacionadas ao conhecimento dos indivíduos em uma sociedade. Por esse motivo, baseamo-nos nos assuntos e suas respectivas competências propostas pelo ENEF, preparando uma pesquisa documental sobre o Livro do Aluno (CONEF, 2013a).

Bardin (1977) explica que a análise documental é uma representação de um documento sob a forma divergente da original. Esse resultado é obtido por meio de convenientes alterações, obtendo, assim, o máximo de informação e o máximo de pertinência.

Os documentos além de fundamentar a posição do pesquisador, representa uma fonte própria de informações, em um determinado contexto, dando uma ideia sobre a situação envolvida (LÜDKE; ANDRÉ, 2018). Ao escolhermos os materiais produzidos pelo Conef, compreendemos a proposta do governo sobre a literacia financeira dos brasileiros.

O livro foi subdividido em cinco partes. A primeira denominada O que você já sabe? em que é realizada uma revisão, por meio de uma situação didática (SD) relacionada à esfera social dos conteúdos necessários durante o estudo do bloco. A seguinte é composta por três divisões, que foram nominadas por temas, possuindo os seguintes títulos: Bens públicos, Economia do país e Economia do mundo. Em cada tema existem sete situações didáticas (SD), tendo como umas das finalidades a compreensão da organização econômica das sociedades e as expressões utilizadas na área financeira. Finaliza-se com uma SD chamada de Sonho planejado, que indica como elaborar um planejamento para a realização de sonhos que sejam coletivos. Também existe o Sumário e o Glossário.

Nesse livro, além dos conceitos relacionados à educação financeira, vemos que existem outros, como, por exemplo, formação da cidadania. Entretanto, ao realizarmos a análise preocupamo-nos em encontrar quais assuntos tratavam especificamente a respeito do tema de nossa pesquisa, diferenciando-se, dessa forma, da obra original.

Lüdke e André (2018) explicam que uma forma da análise é selecionarmos segmentos específicos para ser encontrados no material, elaborarmos sínteses, para depois de muitas leituras e releituras detectarmos temáticas para construção de categorias. Algumas das tipologias referente a pesquisa é O sistema financeiro nacional (OLIVEIRA, 2020) e o Orçamento.

O orçamento é um conjunto de fluxo de conhecimentos, métodos e atuações administrativas, para o planejamento em um período curto de tempo e gerenciamento do controle de uma organização (GOMES; LAVARDA; TORRENS, 2012).

Neste trabalho utilizamos o termo organização para uma empresa, um governo, uma família. Vemos que o conceito de orçamento, vai muito de ser uma combinação de informações financeiras de uma determinada associação, pois o conjunto serve tanto para as tomadas de decisões momentânea como também ser um sistema de controle no longo prazo.

Após a construção das categorias, Lüdke e André (2018) discorrem a necessidade do pesquisador voltar ao material, para aumentar o seu conhecimento, encontrar outros pontos de vista e aprofundar o seu entendimento.

Neste momento, necessitamos de outros materiais, como o Livro do professor (CONEF, 2013b) para sabermos quais eram as competências propostas pelos autores. Nesta obra explicam que ao elaborarem uma SD, fizeram uma coleção de ações e atividades para que o aluno desenvolva as competências que atuam nos conhecimentos necessários para enfrentar as numerosas e diversificadas situações financeiras do cotidiano.

A última etapa foi quando indagamos a possibilidade de outras competências em cada uma das categorias. Assim, encontramos um material produzido por Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy (Coalizão Jump\$tart para a Literacia Financeira Pessoal). Nele são propostas as normas nacionais americanas com o objetivo de delinear tanto os assuntos de educação quanto as competências relacionadas a finanças pessoais que os jovens terão ao concluir os seus estudos antes de ingressarem na faculdade, para tornar-se um adulto consumidor independente, preparado para decidir sabiamente assuntos relacionados a finanças durante a sua vida e assim gozar um bem-estar, ou seja, requisitos para o letramento financeiro (JUMP\$TART, 2017, p.1).

O tema principal é finança pessoal que foi subdivida em seis classes principais denominadas Gastos e Poupança, Crédito e Dívida, Emprego e Renda, Investimento, Gestão de Riscos e Seguros e Tomada de Decisão Financeira. Em cada uma existe uma competência geral, algumas normas e os conhecimentos mínimos sobre finanças pessoais.

Cada norma apresentada foi subdividida em 4, denominadas Jardim da Infância, 4ª série, 8ª série e 12ª série. Essa subdivisão tem enfoques diferentes, com referências de habilidades necessárias em cada divisão, para que os alunos apliquem o conhecimento nas decisões financeiras de sua rotina.

Vemos que tanto o livro como a norma foram elaborados para serem utilizados também nas escolas. Ambos propõem desenvolver atitudes nos discentes em situações financeiras, porém enquanto o primeiro fala de enfrentar o outro fala em decidir. E assim, acreditamos que o ato de decisão auxiliará no enfrentar dessa conjuntura.

Como as normas foram elaboradas para os alunos norte-americanos, tentamos fazer adaptações necessárias para a realidade do nosso país.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Propomo-nos a apresentar quais são os assuntos relacionados ao orçamento expostos no livro e identificar a possibilidade de se acrescentar outros assuntos que podem ser relacionados a ele. Observamos que apesar desse bloco estar contextualizado no âmbito social, em vários momentos, há conexões com o pessoal. No Quadro 01 evidenciamos os orçamentos apresentados, identificando finalidade e como ocorreu a elaboração.

Quadro 01: Orçamentos apresentados no livro

Tipo	Definição	Finalidade	Elabora
Orçamento escolar	[...] é uma ferramenta financeira que, geralmente sob a forma de tabela, organiza de um lado as receitas [...] e do outro, as despesas [...] previstas para serem realizadas ao longo do ano (CONEF, 2013a, p. 16).	[...] servir como ferramenta para o planejamento financeiro, que traça metas para se alcançar determinados resultados (CONEF, 2013a, p. 17).	Quem elabora o orçamento para disponibilizar os recursos financeiros destinados às escolas são as mantenedoras, ou seja, o Poder Público Executivo (CONEF, 2013a, p. 16).
Orçamento público	[...] é um instrumento de gestão das finanças públicas, que pode ser entendida, em termos mais simples, como sendo similar a uma tabela em que de um lado estão as receitas, e, do outro, as despesas (o orçamento de um país pode ser a maior tabela que você já viu, com mais de 5.000 linhas) (CONEF, 2013a, p. 40).	[...] indica quanto e onde o governo vai gastar o dinheiro que ele recebe (CONEF, 2013a, p. 40).	[...] depois de preparado pelo poder executivo – [...] precisa ser votado pelo poder legislativo [...] aprovado o orçamento, [...] o poder executivo, que é a parte do governo que toma as iniciativas para que sejam seguidas as decisões de gastos e receitas definidas na votação do legislativo (CONEF, 2013a, p. 41).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Foram apresentados dois orçamentos: o escolar e o público, nas SDs intituladas “Orçamento escolar”, “Espaços públicos”, “Serviços públicos”, “Rap do contador”, “Falando ‘economês’” e “Previdência”. As competências sobre este assunto são “Debater direitos e deveres”, “Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis”, “Atuar como multiplicador”, “Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira”, “Elaborar planejamento financeiro”, “Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida” e “Analisar alternativas de prevenção no longo prazo” (CONEF, 2013b).

Os autores os definem como um meio relacionado a finanças. Para explicá-los, fazem uso de uma tabela contendo dois lados, um lado representando as receitas e, outro, as despesas. Diferem ao destacar que o escolar é elaborado anualmente, sem indicar a periodicidade do outro e, também, ao mostrar que a tabela referente ao governo é imensa, pois afirmam que pode ser a maior que o aluno pode ter visto.

Ao tratarem a respeito da finalidade do orçamento escolar, deixam claro que é elaborado para alcançar as metas estipuladas em um planejamento financeiro. Em relação ao público, referem-se como indicação de onde e quanto será aplicado o dinheiro arrecadado. Inclusive, esclarecem que é possível conhecer as prioridades do governo observando como é gasto o dinheiro público.

Os autores indicam que o orçamento escolar é feito pela mantenedora ou pelo poder executivo. O orçamento público é elaborado pelo poder executivo e depende da instância, uma vez que no nível federal será elaborado pelos ministros, enquanto no estadual ou municipal os responsáveis são os secretários. Após a realização do orçamento, é necessário que ele seja aprovado pelo poder legislativo, sendo que no nível federal, será analisado pelo Congresso Nacional; no nível estadual pela Assembleia Legislativa e no municipal pela Câmara de vereadores. Assim, volta ao poder executivo para ser cumprido.

Alguns tópicos que podem ser explorados: quais as mudanças nas circunstâncias da vida podem afetar um orçamento ou, ainda, o orçamento tanto é um norteador para equilibrar as receitas e as despesas, quanto uma forma de decidir como usar as receitas a fim de cumprir as obrigações atuais e algumas metas futuras (JUMP\$TART, 2017).

3.1 Orçamento escolar

Como vimos o orçamento foi definido a partir de dois termos, receitas e despesas. Os autores definem a receitas como “o dinheiro que vai entrar” e as despesas como o “dinheiro que vai sair”. Assim, vejamos detalhadamente no Quadro 02 as receitas e despesas das escolas públicas.

Quadro 02: Orçamento da Escola Pública

Receita	Despesas
[...] a receita vem do governo (CONEF, 2013a, p. 16).	[...] A maioria das despesas já está definida por serem prioritárias para o funcionamento da escola: compra de materiais, luz, telefone, água e esgoto, manutenção, reparos, etc. Uma parte pode ser remanejada e estabelecer prioridades pode ser bem difícil (CONEF, 2013a, p. 16). [...] Os recursos disponíveis são alocados de acordo com essas metas, as quais são definidas pelas prioridades estipuladas pela direção da escola (CONEF, 2013a, p. 17).
Recursos Públicos para Educação: “Plano de metas compromisso Todos pela Educação e do Plano de desenvolvimento da Educação (PDE) (CONEF, 2013a, p. 18). O recurso é repassado uma vez por ano para as escolas das redes estaduais e municipais que aderiram ao PDE, e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior (CONEF, 2013a, p. 19).	O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; desenvolvimento de atividades educacionais e de gestão escolar (CONEF, 2013a, p. 19).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Conforme os autores (CONEF, 2013a) com objetivo de manter uma igualdade e bem-estar social, as receitas das escolas públicas vem do governo. Apesar dos alunos não pagarem a mensalidade existem diversos gastos, sendo alguns citados, tais como: “limpeza, pintura, reposição de materiais, como carteiras e equipamentos quebrados, luz, água, esgoto, refeições na cantina, etc.” Como muitas despesas são necessárias para o funcionamento de uma instituição de ensino, no orçamento escolar a maior parte das receitas já é determinada como será gasta. Uma pequena parte

poderá ser remanejada para ser aplicada de acordo com as necessidades específicas do colégio. Dessa maneira, há uma discussão sobre o planejamento orçamentário. No entanto, apesar de existirem valores previstos para as receitas e despesas, imprevistos acontecem, podendo fazer com que a totalidade dos valores que entram seja menor, ou, ainda, apareçam dispêndios inesperados, sendo necessário realizar alterações no planejamento inicial. Para a realização dessas modificações é importante conhecer as prioridades.

Um dos assuntos que acreditamos ser relevante é a reserva de emergência, pois ao ocorrer um imprevisto, muitas vezes é impossível alterar o planejamento inicial como sugerido. Porém, os autores em nenhum momento discorreram sobre o tema.

Foi apresentada outra receita para a Educação também vinda do governo, porém com diferenças em relação a anterior, pois para as escolas terem direito é necessário que sejam escolas públicas estaduais ou municipais que aderiram ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo que o valor que cada escola recebe é calculado com base no número de matrículas realizadas no Censo Escolar do ano anterior.

Assuntos que podem ser observados são diferenças entre propriedades privada e pública, os custos médios de todos os dispêndios associados a uma educação universitária, um casamento e um carro novo versus usado, as diferenças entre os empréstimos para universitários e variedades de dívidas (JUMP\$TART, 2017).

3.2 Orçamento Público

Além da escola pública, existem outros serviços, como saúde, que o governo mantém. Assim apresentamos no Quadro 03 as receitas e as despesas do governo.

Quadro 03: Orçamento Público

Receita	Despesas
A fonte de receita dos governos vem principalmente dos tributos (taxas, impostos e contribuições de melhorias) que os cidadãos pagam (CONEF, 2013a, p. 40).	O governo, seja ele federal, estadual, municipal ou distrital, é o responsável pelo provimento de serviços públicos que garantam os direitos do cidadão. Alguns desses direitos são o acesso à educação, saúde, segurança, transporte e saneamento (CONEF, 2013a, p. 40). [...] a manutenção do espaço público é de responsabilidade, sobretudo, dos governos municipais (CONEF, 2013a, p. 36).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Os autores (CONEF, 2013a) explicam que a principal receita do governo para manter todas as despesas são os tributos. Observamos que todos os serviços públicos, como educação, saúde, segurança, transporte, saneamento, manutenção do espaço público são dispêndios do governo. Assim, os serviços públicos não são gratuitos, pois os cidadãos pagam as taxas, impostos, contribuições de melhorias, para que o governo possa garantir esses serviços a todos.

Contudo, destacam que o orçamento público é afetado de forma gigantesca pela corrupção e esclarecem que as receitas podem ser diminuídas se as empresas deixarem de recolher os tributos, ou se as despesas aumentarem porque os serviços contratados são cobrados com valores acima dos praticados pelo mercado. Essas atitudes podem desencadear uma elevação da carga tributária para que o governo possa pagar suas expensas.

3.2.1 As Receitas

Como vimos, as principais receitas do governo são provenientes dos tributos pagos pelos cidadãos. Dessa forma, apresentamos os tributos e as definições de cada um no Quadro 04.

Quadro 04: Definição de tributos

Tributos	Definição
Taxa	[...]Taxa há uma vinculação Ela é usada para uma coisa específica (CONEF, 2013a, p. 53).
Impostos	Os impostos são obrigatórios [...] o contribuinte não sabe exatamente onde a grana será investida (CONEF, 2013a, p. 53). [...] os impostos podem ser diretos ou indiretos. No caso dos indiretos, estes são embutidos nos preços ou serviços (CONEF, 2013a, p. 54).
Contribuições sociais	Podem ser de vários tipos, a mais conhecida delas é a utilizada para custeio da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social (CONEF, 2013a, p. 55).
Contribuições de melhoria	Quando o governo faz uma obra que valoriza os imóveis de um local, as pessoas têm que pagar algum valor para o governo... Os moradores verão seus imóveis subir de valor graças a essa obra. Por isso, a contribuição é vinculada, porque a sua cobrança se destina a cobrir, pelo menos parcialmente, os custos da obra... ela deve ser instituída por lei (CONEF, 2013a, p. 55).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Assim, os autores (CONEF, 2013a) explicam que existem diversas maneiras de o governo arrecadar recursos para obter receitas que possibilitem o cumprimento de seu orçamento, como as taxas vinculadas a uma área específica, os tributos que, apesar de ser obrigatórios, o governo pode decidir onde será utilizado, as contribuições sociais, sendo a mais conhecida a que se recolhe para a previdência social, e as contribuições de melhorias que são cobradas dos proprietários dos imóveis de determinado local onde o governo fez melhorias e que promove a valorização dos imóveis da região. Discussões a serem tratadas: os tipos de tributos que são pagos pela família, quais os serviços do governo que seus familiares, os desempregados, os idosos, os deficientes, dentre outros usufruem (JUMP\$TART, 2017).

Após definido os diversos tributos, serão apresentados os exemplos destas receitas do governo, que estão elencadas no Quadro 05.

Quadro 05: Exemplos de Tributos

Nome	Como é apresentado
Imposto de Renda (IR)	[...] consiste em uma porcentagem da renda média anual de uma pessoa ou empresa que deve ser entregue ao governo. No Brasil, o imposto de renda é cobrado (ou pago) mensalmente, por exemplo, por desconto no salário recebido por empregados, o famoso desconto em folha. (Existem alguns casos em que a mensalidade é opcional pelo contribuinte.) No ano seguinte, o contribuinte prepara uma declaração de ajuste anual em que determina se tem mais imposto de renda a pagar ao governo ou se tem dinheiro a receber (devolução). A cobrança do imposto é proporcional à renda da pessoa... no Brasil se divide em Imposto de renda de Pessoa Física (IRPF), para as pessoas, e Imposto sobre renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), para empresas (CONEF, 2013a, p. 57).
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	[...] é o mais importante tributo cobrado pelos estados que incide sobre cada etapa da circulação de todo tipo de mercadoria e de alguns serviços. Em cada uma das etapas, deve haver a emissão de nota ou cupom fiscal. O imposto também incide sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de comunicações e de energia elétrica, entre outros. Na maioria dos casos, as empresas repassam esse imposto ao consumidor, embutindo-o nos preços dos produtos. As mercadorias normalmente são tributadas de acordo com sua importância. Assim, para produtos básicos, como o arroz e o feijão, o ICMS cobrado é menor do que no caso de produtos supérfluos, como cigarros, bebidas alcoólicas e perfumes (CONEF, 2013a, p. 57).
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) p.14	[...] Você provavelmente já ouviu falar de IPVA, IPI, dentre outros. Que tal pesquisar mais sobre eles (CONEF, 2013a, p. 58)?
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	[...] é um imposto municipal que as pessoas pagam pelo imóvel dos quais são proprietárias (CONEF, 2013a, p. 56).
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	[...] é um imposto municipal pago por empresas ou profissionais autônomos ou liberais ao prestarem serviço para alguém, como médicos, advogados, qualquer tipo de consultoria etc (CONEF, 2013a, p. 56).
Impostos sobre produtos poluentes.	O papel do governo é fazer com que o causador da externalidade assumira seus custos, se ela for negativa... Por isso existem os impostos ... sobre os produtos poluentes como cigarro e veículos movidos a gasolina (poluição do ar) ou casas de festas (poluição sonora) ou que possam causar acidentes (bebida alcoólica) (CONEF, 2013a, p. 25).
Contribuições previdenciárias	São geradas por empregadores e empregados que destinam parte de sua renda ao governo (por meio da receita Federal do Brasil), para que, quando não possam mais trabalhar (por velhice, doença, invalidez ou por outro motivo), continuem recebendo algum pagamento mensal (CONEF, 2013a, p. 96).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Foram apresentados diversos exemplos de tributos. Alguns foram explicados, como ocorreu com o IR, ICMS, IPTU, ISS, Imposto sobre produtos poluentes e contribuições previdenciárias. Entretanto, outros são identificados com o nome e ou/a sigla, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), em que há a sugestão de que o aluno já ouviu sobre esse imposto, e o IPVA, propondo-se que o estudante faça pesquisa sobre eles. Alguns pontos a serem analisados: o valor do imposto pago sobre uma determinada compra, diferença entre salário bruto e líquido, indicando em as deduções comuns em um holerite, registros necessários para reivindicar possíveis créditos tributários (JUMP\$TART, 2017).

Dentro do orçamento do governo é salientado o relacionado à previdência. Esse será o tema será tratado no próximo tópico.

3.2.2 Orçamento da Previdência

Existem momentos na vida em que os indivíduos não conseguem trabalhar, como ocorre na velhice, na doença, quando acidentado, às vezes durante gravidez, em casos de morte ou de prisão. Dessa forma, existem meios para que o cidadão ou seus dependentes recebam recursos para os seus gastos. No Quadro 06 apresentaremos as diferentes previdências expostas bem como suas características.

Quadro 06: Características das Previdências

Previdência	Características
Social	[...] disponível para todos os brasileiros [...] tem como meta garantir que as pessoas em geral tenham aposentadorias que lhes permitam viver com estabilidade e dignidade [...] Regime de Repartição (CONEF, 2013a, p. 108). [...] é pública e obrigatória (CONEF, 2013a, p. 109). [...] os novos contribuintes financiam os rendimentos dos aposentados (CONEF, 2013a, p. 116).
Complementar	[...] é uma alternativa para completar a aposentadoria da previdência social oferecida pelo governo. [...] é opcional. [...] uma complementação de renda para garantir seu padrão de vida. [...] pode ser aberta, ou seja, disponível a qualquer pessoa que tenha interesse em participar ... ou fechada, que inclui tanto aquela que é voltada a empregados quanto a trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa, como sindicatos, cooperativas, associações e outras entidades (CONEF, 2013a, p. 109). Regime de Capitalização (CONEF, 2013a, p.108).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Os autores apresentam a previdência social e a complementar. A social é pública e obrigatória, e tem como meta garantir recursos financeiros para que os indivíduos tenham receitas para suas despesas quando impedidos de trabalhar. A complementar é uma alternativa para quem tiver interesse, com objetivo de assegurar uma renda extra daquela oferecida pelo governo, pois, para muitos, a social não é suficiente para garantir determinado conforto. Quem desejar uma previdência complementar encontra dois tipos, a aberta, ofertada a qualquer pessoa e a fechada que inclui apenas pessoas vinculadas a um determinado grupo, como sindicato, cooperativas, associações etc. Para cada previdência existe um tipo de regime de pagamento aos seus aposentados e pensionistas, apresentados no Quadro 07.

Quadro 07: Tipos de Regime da Previdência

Regime	Como funciona
Repartição	[...] o governo cobra contribuições previdenciárias das empresas, dos assalariados e dos profissionais autônomos. [...] pagamento das contribuições previdenciárias pelos que trabalham e empregam é o que financia quem está aposentado pela previdência pública (CONEF, 2013a, p. 108).
Capitalização	[...] em que cada um contribui para a previdência ao longo da fase ativa e quando se aposenta, passa a receber em parcelas o montante que acumulou. Esse montante em geral é maior do que a poupança que se fez durante os anos de trabalho. Isso acontece porque os valores são “capitalizados”, isto é, rendem juros ou outras formas de remuneração (CONEF, 2013a, p. 108).

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

De acordo com os autores (CONEF, 2013a) para financiar as pessoas que se aposentaram na previdência social, o governo cobra contribuições das empresas, dos empregados e dos profissionais autônomos. Esses novos contribuintes são os que financiam os aposentados e pensionistas. Esse modelo de contribuição é chamado de regime de repartição.

O indivíduo que adere a previdência complementar acumulará um determinado valor durante o período que contribui com uma determinada remuneração. Quando se aposentar receberá a totalidade do valor parcelado. Esse é o regime de capitalização.

Os autores expõem alguns problemas que estão afetando as receitas da previdência social. A primeira citada é a economia informal, pois reduz os impostos e contribuições previdenciárias que o governo arrecada.

Outra dificuldade apresentada é o salário-mínimo, que é referência também como o menor valor que o aposentado ou pensionista pode receber. Contudo, para os autores, esse salário tem subido acima da inflação pressionando as despesas da previdência social.

Outro obstáculo seria a redução do número de filhos das famílias e o aumento da expectativa de vida do brasileiro. Assim, existe uma diminuição da população jovem contra um aumento da população idosa. Dessa forma, diminui o número dos que contribuem para o orçamento da previdência e existe um aumento dos que recebem a pensão ou aposentadoria.

Por fim, aborda-se, ainda, a sonegação, esclarecendo que isso ocorre quando empresas ou cidadãos deixam de recolher suas contribuições, o que diminui as receitas da previdência.

Os autores concluem que existe um déficit na previdência paga pelo governo, o que torna necessário aumentar os valores dos tributos arrecadados e diminuir os valores que seriam aplicados no serviço público. Alguns tópicos para serem explorados: motivos em participar de um plano previdenciário de uma empresa, existem vantagens dos trabalhadores transferirem alguma renda atual para o futuro quando aderem planos de aposentadoria, quais são as fontes típicas de renda na aposentadoria, quais os riscos, custos e recompensas de iniciar um negócio (JUMP\$TART, 2017).

Apesar de tratar de assuntos relacionados ao social, observamos momentos em que há uma relação entre o pessoal ou familiar, assuntos que discorreremos a seguir.

3.3 Orçamento Doméstico

A despeito de não tratarem de outras competências relacionadas anteriormente, isso não ocorreu nas SDs. Pois, além das SD já citadas, este assunto foi tratado também nas intituladas *Meu bicho-papão nunca foi inflação*, *O bem-estar do seu país e Momento de crise: e eu com isso?* abrangendo assim todos os temas. Vejamos alguns pontos que foram apresentados sobre orçamento doméstico.

Ao definirem inflação como “o aumento contínuo e generalizado dos preços”, deixam claro que, por causa dela, as famílias compram em menor quantidade com o mesmo valor de dinheiro que compraram anteriormente, isto é, perdem o poder de compra. Dessa forma, é necessário considerá-la quando for elaborar um orçamento e planejamento financeiro (CONEF, 2013a, p. 69-77).

Ao discorrerem sobre taxas de juros, explicam que elas influenciam os investimentos e financiamentos, fazendo com que a sua elevação torne o investimento mais rentável e o financiamento pesado. Dessa forma, orientam elaborar o orçamento familiar levando em consideração a variação no rendimento do investimento de acordo com a taxa de juros (CONEF, 2013a, p. 165).

Quando abordam o futuro, refletem sobre o desenvolvimento pessoal do aluno, perguntando onde estarão e qual é o legado que deixarão para os seus filhos. Salientam que as pessoas ao ficarem idosas possuem menos energia o que diminui as oportunidades de trabalho. Dessa maneira, propõem a elaboração de um orçamento doméstico mensal pessoal para quando forem idosos, pensando no tipo de vida que terão nesta fase da vida (CONEF, 2013a).

Como todo orçamento precisa de dinheiro para a receita, apresentam algumas ações individuais que podem auxiliar na geração de receitas e diminuição das despesas:

1. Evitar desperdícios, usando luz e água com mais eficiência, como por exemplo, evitando deixar luzes acesas ou lavar as calçadas com mangueira de água.
2. Agir com ética e correção, exigindo a nota fiscal nos estabelecimentos comerciais e jamais cedendo a sugestões de propinas para se livrar de multas.
3. Tomar cuidados com sua higiene e saúde, para não gerar gastos com doenças que poderiam ter sido evitadas (CONEF, 2013a, p. 42).

Ao apresentarem essas ações, afirmam que o governo poderá ser cobrado desde que vivamos a nossa realidade de forma responsável e consciente.

Assim, as seguintes competências, propostas pelos autores, “Elaborar planejamento financeiro”, “Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida” e “Analisar alternativas de prevenção no longo prazo” são relacionadas com “Aplicar estratégias para monitorar receitas e despesas, planejar gastos e economizar para metas futuras”. Além dessas sugerimos “Fazer um plano de carreira para o desenvolvimento pessoal e assim potencializar a sua renda” e “Desenvolver estratégias para controlar e gerenciar crédito e dívida” (JUMP\$TART, 2017). Isso porque apesar da ênfase dado ao assunto, existem lacunas, como a reserva de emergência, a importância da carreira profissional no seu estilo de vida e a melhor forma para se decidir a respeito da utilização de seus recursos.

Acreditamos que falar sobre orçamento no ensino médio é um avanço, mas existe a necessidade de discutirmos quais as competências que devem ser desenvolvidas para que os alunos sejam letrados financeiramente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos tratados em um curso de Educação Financeira são relevantes, pois a literacia financeira, conforme Hung, Parker e Yoong (2009), faz parte do processo intrínseco que leva uma pessoa a gerenciar seus recursos de tal forma que durante a sua vida exista um bem-estar financeiro. Assim, apresentamos os assuntos relacionados ao orçamento e as competências proposta pelos autores.

Com objetivo de indicar outras competências, adaptamos o material produzido por Jump\$tart Coalition for Personal Financial Literacy (Coalizão Jump\$tart para a Literacia Financeira Pessoal) elaboradas para serem utilizados na escola com objetivo de que os alunos fossem letrados financeiramente.

Concluimos que os autores consideram orçamento um tema relevante, pois em todos os temas do livro aborda-se o assunto, com sete competências relacionadas a ele.

Nesse livro o orçamento foi trabalhado no âmbito social. Foram apresentados dois orçamentos: o escolar e o público, dando destaque a previdência social. Também foram tratados conceitos como receitas, despesas, planejamento financeiro, juros, inflação. Um assunto não abordado foi a reserva de emergência.

Os orçamentos foram definidos como ferramentas financeiras, elaborados em uma tabela de dois lados, um contendo as receitas, que consiste no dinheiro que entra, e no outro, as despesas, ou seja, o dinheiro que sai. Vimos que existe uma complexidade neste conceito e que o orçamento pode ser disposto em diferentes formas, que podemos explorar. Em relação ao planejamento financeiro, há a necessidade de existir flexibilidade e definição das prioridades, pois as previsões das receitas podem ser alteradas, além de imprevistos que podem surgir, fazendo com que as despesas aumentem. Ressaltamos a reserva de emergência, não abordada pelos autores, que em nossa opinião, trata-se de um tema extremamente importante, pois, às vezes, imprevistos impedem que o orçamento seja maleável.

Os autores explicam que ao se fazer o orçamento é necessário levar em consideração o impacto da inflação sobre esse instrumento, pois com o passar do tempo, há uma redução do poder de compra. Além disso, os juros também influenciarão os orçamentos, pois quando há aumento dos juros, os investimentos são favorecidos e os empréstimos ficam mais caros.

Há, ainda, a necessidade de um planejamento de vida em longo prazo, uma vez que envelhecer é uma consequência da vida e não há como prever o que ocorrerá com a previdência ao se atingir a idade de aposentadoria.

Desta forma, além das competências proposta pelos autores adaptamos três do material de Jump\$tart (2017). As competências propostas pelos autores, “Elaborar planejamento financeiro”, “Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida” e “Analisar alternativas de prevenção no longo prazo” são relacionadas com a “Aplicar estratégias para monitorar receitas e despesas, planejar gastos e economizar para metas futuras”. Além dessas, sugerimos “Fazer um plano de carreira para o desenvolvimento pessoal e assim potencializar a sua renda” e “Desenvolver estratégias para controlar e gerenciar crédito e dívida” (JUMP\$TART, 2017). Isso porque apesar da ênfase dado ao assunto, existem lacunas, como a reserva de emergência, a importância da carreira profissional no seu estilo de vida e a forma melhor para a decisão da utilização dos seus recursos.

Além das três anteriores, os autores indicam “Debater direitos e deveres”, “Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis”, “Atuar como multiplicador” e “Ler e interpretar textos que contêm vocabulário específico da Educação Financeira”, que ao nosso julgamento tem sua importância, porém, ineficazes contra problemas financeiros.

Nessa categoria, expusemos quais foram os assuntos abordados em um livro relacionado ao orçamento e suas respectivas competências. Ressaltamos que apesar do enfoque dado ao tema, deixaram de lado a reserva de emergência, assunto importante, pois auxilia a lidar com problemas financeiros e gerenciar o cotidiano da organização. Apesar de tratarem o orçamento da previdência social, abordam assuntos como o déficit e o aumento de salário mínimo negativamente, argumentos que precisam de maiores reflexões.

Com o objetivo de que ocorra o letramento financeiro em nossa sociedade, há um avanço em existir materiais didáticos gratuitos para as escolas, porém acreditamos que sejam necessárias pesquisas sobre os assuntos relacionados a orçamento e as suas respectivas competências, com objetivo de que o letramento financeiro seja uma realidade para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF. 23 dez. 2010. Seção 1, p.7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-publicacaooriginal-131118-pe.html>. Acesso em 05 jan. 2020.

CONEF. **Educação financeira nas escolas**: ensino médio, bloco 3. Livro do aluno. 1ª Edição Revisada. Ministério da Educação. Brasília. 2013a. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/em-livro3/> Acesso em: 20 set. 2018.

CONEF. **Educação financeira nas escolas**: ensino médio, bloco 3. Livro do professor. 1ª Edição Revisada. Ministério da Educação. Brasília. 2013b. Disponível em: <https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-professor-bloco3?e=11624914/49399050>. Acesso em: 10 maio 2020.

GOMES, Giancarlo; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin; TORRENS, Edson Wilson. Revisão da literatura sobre orçamento em cinco periódicos internacionais nos anos de 2000 até 2009. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 107-123, jan./mar. 2012

HUNG, Angela A., PARKER, Andrew M. YOONG, Joanne. Defining and Measuring Financial Literacy. **RAND Labor and Population**. 23 set. 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf Acesso em: 26 maio 2020.

JUMP\$TART. **National Standards in K-12 Personal Finance Education**. 4th edi. Washington. 2017. Disponível em: https://3yxm0a3wfgvh5wbo7lvyy113-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2018/01/2017_NationalStandardsBook.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas. 2ª Edição. Rio de Janeiro: E. P. U. 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula Teles; MANRIQUE, Ana Lúcia. Currículo de Estrutura Algébrica Grupo: análise preliminar de um livro didático. **Tangram: Revista de Educação Matemática**. Dourados, Mato Grosso do Sul, v. 1, n. 2, p. 2 – 17, 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/tangram/article/viewFile/7318/4457>. Acesso em: 26 set. 2019.

OLIVEIRA, Ana Paula Teles. O sistema financeiro nacional na proposta de ensino de educação financeira do governo brasileiro. **Revista de investigação e divulgação em educação matemática**, Juíz de Fora, v. 4, n. 1, p. 1 - 17, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ridema/article/view/31035/21727> . Acesso em: 16 dez. 2020.

*Submetido em: 14 de julho de 2020.
Aprovado em: 04 de dezembro de 2020.
Publicado em: 30 de junho de 2021.*